

Estado de São Paulo

# O Estado e a iniciativa privada

Os resultados da pesquisa econômica que a Fiesp realizou, fazendo-os chegar à ministra Zélia Cardoso de Mello, merecem análise detida, pois permitem chegar a interpretações por demais otimistas ou extremamente pessimistas. Em nosso comentário econômico, nesta página, julgamos necessário estabelecer o *status quaestionis* a fim de facilitar a nossos leitores sua orientação nesse campo minado em que se transformaram a economia e a política nacionais. Neste comentário de abertura, teremos algumas considerações mais amplas sobre o tema.

Não se negará que a indústria paulista dá sinais de haver superado o choque produzido pelo Plano "Brasil Novo" e que ela se prepara para fazer face à realidade emergente depois do dia 16 de março. Com esse registro não se pretende afirmar que a produção industrial voltou aos níveis anteriores ao plano, nem que a comercialização já aponta para bons resultados. Traduz, simplesmente, a constatação de que, colocado diante de um desafio de proporções nunca vistas, o empresariado (sem distinção aqui de origem do capital, ou de porte de empresas) está sabendo encontrar os caminhos que permitirão, assim esperamos, a recuperação da economia em bases mais sólidas do que aquelas sobre as quais assentava antes da nossa "sexta-feira negra", 16 de março de 1990. Demonstra-se, inequivocamente, pela pesquisa em pauta, que a iniciativa privada, sem favores do Estado (e não se dirá ser um favor a autorização para utilizar cruzados novos para fins restritos), pode prover ao bem-estar daqueles que com ela cooperam. Nesse sentido, diríamos que o mercado é o grande educador de quantos desejam construir uma sociedade aberta e democrática. Antes do plano, o sr. Jair Meneguelli era um carbonário; bastou a CUT verificar a real situação das empre-

sas para que o entendimento há anos reclamado por todos se tornasse possível. Há, ainda, rivalidades, disputas de personalidades, desejos irreprimidos de pessoas ou entidades de aparecer como mais representativas do que congêneres. A emulação, qualquer que seja o móvel dela, apenas fará que a inteligência criadora seja posta a trabalhar para o bem da sociedade.

Essa é a contribuição dos empresários e dos trabalhadores, daqueles que constroem a riqueza nacional, para que a inflação não volte e para que o Plano "Brasil Novo" dê certo. O Estado, que fez? Todos os dias, lê-se ou se vê ou ouve nos meios de comunicações que o número de demitidos chegou à casa dos milhares — mas não de dezenas de milhares. No tocante a demissões, pode observar-se com absoluta imparcialidade que as manifestações dos sindicatos de funcionários públicos cessaram. Esse fato decorre ou do temor de que as novas providências votadas pelo Congresso atinjam com severidade os funcionários que lutarem para conservar seu emprego, ou da tomada de consciência, da parte dos cutistas e cegetistas que militam no funcionalismo público, de que a situação não é tão preta quanto se pintava antes.

Por outro lado, vender-se-ão as mansões no Lago Sul e no setor de chácaras; dar-se-á preferência aos funcionários para que comprem os apartamentos funcionais em que residem. Que mais? Há mais, sem dúvida: segundo alguns, será privatizada a Companhia Siderúrgica Nacional; segundo outros, antes dela, será a vez da Usiminas. Nos gabinetes ministeriais (ou nas secretarias dos ministérios) cuida-se de preparar os famosos certificados de privatização, com os quais se pretende obrigar as instituições do sistema finan-

ceiro a adquirir as estatais que ninguém quer, nem o próprio governo. Afora isso, o que de mais importante se noticiou em matéria de reforma administrativa é que a Secretaria de Assuntos Estratégicos cuidará de programas sociais de relevância e que o Estado de Alagoas, a exemplo do Maranhão no governo Sarney, terá preferência numa série de programas governamentais. Está-se, como se vê, sob o império da lei da eterna permanência!

Passado mais de mês da posse do presidente Collor de Mello, tem-se a sensação de que a administração federal está parada. Não se sabe se o mal decorre do estilo de governo do presidente (excessivamente centralizador), do despreparo de muitos de seus auxiliares para o exercício das funções a que foram guindados, ou simplesmente de desorganização administrativa decorrente de uma reforma decretada sem que se soubesse, com antecedência, que fazer com as pessoas, funções e tarefas definidas nos organogramas anteriores. Pior do que a máquina estar parada é o fato de o Executivo pouco estar fazendo para transformar a fisionomia da administração pública do País — ou, se toma decisões nesse sentido, não é capaz de possibilitar que as alterações efetuadas nas rotinas administrativas cheguem ao público.

Em síntese: premida pela crise, a livre iniciativa encontrou os caminhos para impedir que a economia parasasse; por sua vez, o Estado parece estar parado, ou o governo dá a penosa impressão de estar preocupado com Alagoas, que se transformará na "vitruve" do que será o Brasil novo. Os planos para encaminhar a solução dos problemas não foram ainda comunicados à sociedade — e pouco adiantará falar no programa que se apresentou antes das eleições, pois ele foi brutalmente rasgado na "sexta-feira negra", 16 de março.